

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos, In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, São Paulo, FIPE/PIONEIRA, p. 31-55, 1982 (Estudos Econômicos FIPE-PIONEIRA).

ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS *

Francisco Vidal Luna

Neste trabalho analisamos determinados aspectos particulares da estrutura socioeconômica de Minas Gerais, ao longo do predomínio da atividade aurífera. Nesse sentido, apresentaremos, inicialmente, um quadro de referência no qual se estuda o povoamento das Gerais, a forma de ocorrência do ouro e as técnicas extrativas adotadas. Consideraremos, a seguir, a estrutura de posse da mão-de-obra escrava, principal fator de produção utilizado na lide extrativa e, provavelmente, um dos componentes de maior importância no estoque de riqueza individual em Minas, na época em apreço. Estudaremos, ainda, algumas características dos proprietários de escravos, tais como sexo, cor e atividade. Em relação aos cativos, nosso interesse concentrar-se-á na estrutura etária, sexo e origem. Sob este último ponto, pretendemos verificar a composição da massa escrava, segmentada em africanos e coloniais; para os primeiros, verificaremos também o peso relativo de bantos e sudaneses.

Merecerá realce a possibilidade de alforria propiciada pela sociedade mineira. Em sociedade dividida em dois grandes segmentos – senhores e escravos – o mais significativo indicador de mobilidade vertical consubstancia-se na possibilidade de manumissão e, ainda mais, na passagem do próprio ex-escravo, o chamado forro, à condição de senhor de cativos.

O estudo baseou-se em seis fontes primárias, das quais cinco encontram-se manuscritas; destes documentos, dois referem-se a livros anotados com a finalidade de arrecadação tributária dos quintos e os demais correspondem a censos populacionais realizados em Minas ¹.

Na análise da estrutura produtiva implantada nas várias áreas do Brasil, ao longo de seus primeiros séculos de existência, deve-se levar em conta, além das condições peculiares da economia em apreço, o sistema colonial então vigente. Em larga medida, o evoluir econômico e social da Colônia, nesse período, condicionou-se e direcionou-se em função das regras impostas por aquele sistema, no qual se superpunham os interesses da Metrópole aos da Colônia. Os vultosos investimentos efetuados no Brasil por Portugal e seus súditos visavam, em essência, ao fortalecimento do Estado Metropolitano, por meio dos recursos obtidos tanto pela Coroa como pelos indivíduos participantes da arriscada empreitada. Os gastos incorridos com a colonização do território, as obras de infraestrutura realizadas e os investimentos produtivos aqui implantados objetivavam, na

* O presente artigo resume alguns resultados obtidos na tese *Minas Gerais: Escravos e Senhores – Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804)*, apresentada por nós à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

¹ Arquivo da Casa dos Contos (Ouro Preto-MG) –MSS. Cod. No. 1038. *Pitangui: Quintos e Capitação*. Arquivo da Casa dos Contos (Ouro Preto-MG) –MSS. Cod. No. 1068. *Serro do Frio: Escravos, Livro de Matrícula*.

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro-RJ) – MSS. – Arquivo da Casa dos Contos, *Rol das Pessoas que Confessam e Comungam na Freguesia de Congonhas do Sabará. 1771*. Caixa 202, pacote único..

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro-RJ) – MSS. – Arquivo da Casa dos Contos, *Relação de todos os indivíduos, suas qualidades, Estabelecimentos, Ofícios e números de escravos do Distrito de S. Caetano de que é Comandante Francisco Jose Xavier de Mello Brandão*. Caixa 276, pacote único..

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais, Vila Rica- 1804*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969.

realidade, desenvolver atividades econômicas que possibilitassem por um lado níveis satisfatórios de rentabilidade dos empreendedores e, por outro, gerar excedentes líquidos transferíveis à Metrópole.

Nesse sentido, a exploração dos metais preciosos significava a forma mais simples de obter tais resultados. O papel desempenhado pelo ouro e a prata no contexto do mercantilismo propiciava a tais mercadorias importância fundamental, pois constituíam o principal meio de troca, utilizado tanto nas transações internas como no comércio exterior. Os países sem extração própria de metais viam-se obrigados a obtê-los indiretamente, por meio de excedentes no comércio externo, com a exportação de bens produzidos em território metropolitano ou nas colônias ultramarinas ².

A localização da área aurífera deve ser creditada aos bandeirantes, que palmilharam extensas porções do Brasil; esses sertanistas dedicavam-se à captura do silvícola, base de sua mão-de-obra e seu principal “produto” de exportação. Tal atividade exigia a exploração do sertão e lhes possibilitava efetuar, subsidiariamente, a pesquisa mineral. Como a procura de metais não constituía, normalmente, o objetivo principal das incursões, resultados negativos, mesmo persistentes, não inviabilizavam sua continuidade. Enquanto houvesse gentio a prear e mercado comprador para esta mão-de-obra, os paulistas poderiam continuar a exercer a atividade de captura, que os distinguia.

O longo espaço temporal transcorrido entre as primeiras penetrações ao interior da Colônia e a descoberta das ricas aluviões auríferas das Gerais pode ser imputado tanto à falta de preparo técnico dos paulistas, como às características físicas da zona mineira. A área que se tornaria a principal fonte extrativa constituía o sertão inóspito, de difícil acesso, onde o elemento branco ainda não se estabelecera.

As dificuldades do meio físico refletiram-se na própria forma de exploração dos metais e na estrutura da sociedade ali assentada. Ademais, o relativo distanciamento do litoral e dos portos isolava esta área e contribuía para ali gerar uma sociedade com características peculiares. Divulgada a notícia da descoberta do metal – ocorrida na última década do século dezessete – iniciou-se uma verdadeira corrida do ouro. De todos os pontos da Colônia e do Reino chegavam indivíduos ávidos de riqueza ³. Formava-se, pela vez primeira, um intenso fluxo de portugueses para as terras do Brasil. Transferência realizada com recursos individuais e sem qualquer tipo de oferecimento de honorários ou terras por parte da Coroa. O metal precioso propiciava o estímulo.

A corrida do ouro justificava-se pelo tipo de ocorrência do metal. Encontrado na forma aluvial, permitia, na primeira fase extrativa, um rendimento elevado e possibilitava o exercício da atividade mineira a qualquer indivíduo, mesmo àqueles sem recursos para adquirir um único escravo; poderiam trabalhar como faiscadores até acumularem capital suficiente para adquirir sua própria mão-de-obra cativa.

A rapidez com que se deu o povoamento, a pobreza de alguns ⁴, a imprevidência de outros ⁵, a concentração de esforços na atividade extrativa, a dificuldade de acesso à

² Sobre o Sistema Colonial veja-se NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Editora Hucitec, 1979 (Coleção Estudos Históricos) e PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, 9^a. Ed., São Paulo, Brasiliense, 1969.

³ ANTONIL, André João (Pseud. de João Antonio Andreoni). *Cultura e Opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário de Alice P. Canabrava, 2^a. Ed., São Paulo, Editora Nacional, s./d.p. 264 (Roteiro do Brasil, 2).

⁴ “Os aventureiros que concorriam às minas, vindos de vários pontos do Brasil, e de algumas Províncias de Portugal principalmente, eram tão pobres, que conduziam às costas quanto possuíam (...)”. MENDONÇA, Coronel Bento Fernandes Furtado de. “Primeiros Descobridores das Minas do Ouro, na Capitania de Minas Gerais”. Notícia resumida por M.J.P. da Silva Ponte. *In: Revista do Arquivo Público Mineiro*, 4:97, 1989.

zona mineira e sua localização em zona despovoada, trouxeram como consequência uma insuficiência inicial de gêneros alimentícios e inclusive duas crises de fome (1697/1798 e 1700/1701) ⁶. Nesses anos esgotaram-se totalmente os gêneros, e muitos dos pioneiros necessitaram abandonar suas betas e dispersaram-se em busca de alimentos; evento que provavelmente contribuiu para a descoberta de novas áreas auríferas ⁷.

A migração descontrolada do elemento livre e o envio maciço de escravos às minas abateram-se imediatamente sobre outras atividades econômicas da Colônia e provocaram até mesmo enfraquecimento militar de determinadas áreas litorâneas do Brasil.

No próprio Reino fez-se sentir o impacto da imigração para as minas. Apesar das inúmeras restrições ao deslocamento para a Colônia – medidas de 1709 e 1711 – ainda em 1720 várias regiões de Portugal continuavam a sentir os efeitos da febre do ouro, conforme pode ser atestado pela determinação régia daquele ano: “Faço saber aos que esta minha lei virem que não tendo sido bastantes as providências que até o presente tenho dado (...) para proibir que deste Reino passe as Capitanias do Estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele principalmente da Província do Minho, que sendo a mais povoada, se acha hoje em estado que não há a gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço dos Povos, cuja falta se faz tão sensível, que necessita de acudir-lhe com o remédio pronto, e tão eficaz que se evite a freqüência com que se vai despovoando o Reino” ⁸.

A Metrópole, conhecida a potencialidade da área aurífera, tratou de impor seu domínio sobre a atividade mineira. De imediato procurou exercer restrições ao fluxo populacional às minas. A imigração descontrolada e o envio maciço de escravos às Gerais, além do eventual enfraquecimento econômico e militar de outras regiões, poderiam constituir sério obstáculo ao controle régio sobre a riqueza que se materializava após séculos de espera. Impunha-se amortecer a corrida às minas, enquanto se estabelecia uma nova estrutura administrativa na Colônia, mais impositiva e capaz de executar com eficácia seu principal papel, ou seja, arrecadar os tributos devidos à Coroa, em particular os famigerados quintos sobre o ouro ⁹.

A estrutura de dominação colonial vigente nos dois primeiros séculos de colonização dava lugar a outra, nos quadros da qual a centralização do poder do Estado e os vínculos coloniais ampliavam-se. Tal estrutura administrativa, voltada essencialmente para a arrecadação dos quintos, acabou por refletir-se na própria organização da atividade produtiva e na sociedade formada em Minas Gerais ao longo do século XVIII. A análise ampla das normas impostas pela Coroa revela o anseio de obter o máximo rendimento para a Metrópole; sob tal aspecto, a legislação, a nosso ver, mostrou-se consequente, coerente e eficaz. Ao monopolizar o direito de distribuir datas minerais e ao exercer controle sobre o fluxo de escravos encaminhados às zonas extrativas, a Coroa detinha o virtual domínio da atividade e condicionava a organização da própria estrutura produtiva.

⁵ “A viagem de São Paulo às Minas que primeiro se povoaram exigia de 30 a 40 dias de marcha. Os aventureiros eram tão imprudentes que confiando na caça eventual não traziam mantimentos. Daqui resultou morrerem alguns deles a míngua e chegarem outros desfalecidos”. MENDONÇA, Coronel Bento Fernandes Furtado, *op.cit.* p. 97.

⁶ ZEMELLA, Mafalda P. “O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII”. *Boletim da História da Civilização Brasileira*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 118, 1957.

⁷ TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*, *op.cit.* p. 154.

⁸ Lei promulgada em 20/3/1720. In: *Anaes da Biblioteca Nacional*. 1906, Rio de Janeiro, Oficinas de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, 1908, v. 28, pp. 145 e seguintes.

⁹ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Nacional*. 2ª. Ed. Revista e aumentada, Porto Alegre, Globo; São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1975, p. 163.

A distribuição de datas, proporcional ao número de escravos de cada proprietário, induzia o mineiro a concentrar seus recursos em mais braços. Isto representava maior potencial tributário em termos de quintos; aumentava a receita derivada de taxas sobre os cativos enviados às minas e representava uma forma indireta de fortalecimento da Metrópole, via tráfico negreiro¹⁰. Ao achar-se condicionada a concessão de uma segunda data mineral à exploração da primeira, os mineradores viam-se estimulados a realizar um rápido serviço extrativo nas áreas recebidas. Como se tratava de minério de aluvião, a fase inicial de lavagem do cascalho revelava normalmente maior teor de ouro do que as sucessivas lavagens do mesmo cascalho; assim, colocava-se ao mineiro a opção de efetuar inúmeras lavagens do material aurífero ou executar um trabalho superficial para obter uma data ainda virgem e potencialmente mais produtiva. De modo geral, na primeira fase da atividade mineira, quando se multiplicavam as novas áreas descobertas, a segunda opção tornava-se a mais atraente. Tal forma de exploração atendia à racionalidade do mineiro e enquadrava-se perfeitamente nas normas coloniais então vigentes. Permitia, também, o aumento imediato da produção e, portanto, dos quintos reais, embora se comprometesse a própria sobrevivência da atividade.

As eventuais medidas restritivas à produção de metais e pedras preciosas, a limitarem a ânsia extrativa estimulada pela Coroa, derivavam de possíveis excessos de oferta ou dificuldades na fiscalização e cobrança dos tributos¹¹.

A forma de ocorrência do metal – ouro de aluvião – privilegiava métodos extrativos intensivos em mão-de-obra, fator de produção de grande mobilidade, característica importante em atividade permanentemente em movimento¹². As próprias condições físicas da área onde se concentravam os serviços, com topografia acidentada, rios caudalosos, elevadas taxas pluviométricas e caminhos dos piores da Colônia, dificultavam o uso de máquinas e equipamentos de grande porte. Além disso, a inexistência de produção local de ferro tornava a atividade mineira dependente do abastecimento externo desse produto, extremamente caro nas Gerais tanto pelo custo de transporte quanto pelas diversas taxas incidentes sobre o mesmo.

A própria Coroa, como foi visto, promovia, por meio de legislação, a utilização de práticas intensivas em mão-de-obra na medida que distribuía datas minerais com área proporcional ao número de cativos de cada indivíduo. Por fim, a pequena dimensão das datas obstava à realização de trabalhos de maior envergadura¹³.

¹⁰ Sobre a importância do tráfico negreiro no Sistema Colonial veja-se NOVAES, Fernando A. *Op.cit.*, pp. 57 e seguintes e WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*, Rio de Janeiro, Editora Americana, 1975.

¹¹ Estas duas causas podem ser apontadas como as principais a explicar a imposição de normas diferenciadas para a zona extrativa dos diamantes. Enquanto tal atividade esteve “aberta aos povos”, tornou-se difícil efetuar um controle aceitável da produção de modo a evitar tanto a sonegação como o excesso de oferta no mercado. Tão logo descobriram-se os diamantes em Minas, o preço internacional depreciou-se pela oferta adicional colocada no mercado. Ao contrário dos metais preciosos, utilizados como moeda – o que lhes ampliava as possibilidades no mercado -, os diamantes constituíam um bem de luxo, cujo potencial aquisitivo se resumia a um número reduzido de compradores. Este fato justifica a posição de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho, escritor coevo, a pleitear que se utilizassem os diamantes também como moeda, pois tal medida ampliaria enormemente sua demanda.

¹² Sobre as técnicas extrativas de ouro e diamantes veja-se LUNA, Francisco Vidal. *Características da Massa Escrava em Minas Gerais – Século XVIII*. São Paulo, IPE-USP, 1980, 287 pp.

¹³ A perfuração dos morros em busca dos veios pode ser citada como exemplos de atividade extrativa dificultada pelo reduzido tamanho das datas. Quando algum mineiro desejava efetuar uma obra segura, com os canais de ventilação necessários, serviço de drenagem de água e com um ângulo de penetração na rocha apropriado, enfrentava o sério problema da falta de espaço. Nesses casos, devia optar entre realizar um serviço mais rudimentar e inseguro, com o risco de sofrer um sério acidente, ou avançar nas áreas limítrofes e incorrer na ira dos vizinhos.

A água revelou-se, ao início da atividade extrativa, o principal inimigo dos mineiros pois fazia-se necessário retirar o cascalho aurífero depositado no leito dos rios ou nos tabuleiros. Com freqüência, os serviços realizados eram destruídos pela força hidráulica, principalmente na época das chuvas. Com o tempo, sem embargo, os mineiros conseguiram controlar tal forma de energia e torná-la sua principal aliada. A água, lançada morro abaixo, desbastava as encostas e permitia a extração e o acúmulo da lama rica em ouro. Para viabilizar esse processo, impunha-se dirigir o grande volume de água para o topo das elevações, a exigir a construção de aquedutos com quilômetros de extensão, pelos quais se transportava a massa líquida. Para receber, armazenar e enriquecer o material aurífero serviam-se de caixas de pedra de grandes proporções, os mundéus. Além desses reservatórios e dos aquedutos, os mineiros executaram grandes obras de represamento e mudança do curso de rios, por meio da construção de leitos artificiais abertos em calhas paralelas, ou de canaletas de madeira suspensas sobre o canal original.

Tais obras civis, efetuadas particularmente quando se esgotavam os depósitos auríferos mais facilmente exploráveis, foram realizadas com o intenso emprego de mão-de-obra e de materiais disponíveis na região.

Pelo exposto, pode-se aquilatar a importância do trabalho escravo na mineração. Dele dependia tanto o trabalho extrativo propriamente dito como a realização dos investimentos físicos efetuados nas Gerais e representados, quase exclusivamente por obras civis. Desse modo, o estudo das características dos proprietários de escravos e da massa de cativos existentes em Minas torna-se, a nosso ver, elemento de fundamental importância para o entendimento da sociedade ali estabelecida.

1. PROPRIETÁRIOS: ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS, ATIVIDADE E SEXO

O primeiro aspecto a ser tratado refere-se à estrutura de posse de cativos e às atividades exercidas pelos senhores de escravos. Seu conhecimento, além de lançar luz sobre a estratificação social vigente na sociedade sob análise e representar valioso subsídio para o lineamento das atividades produtivas de maior significado em cada momento histórico, apresenta-se como elemento altamente relevante no estabelecimento do nível relativo de riqueza dos segmentos sócio-econômicos em que se pode decompor tal comunidade. À vista disso, evidencia-se claramente o substantivo contributo que trará, ao entendimento das características das localidades em foco, a identificação da aludida estrutura¹⁴.

Creemos, ademais, que a estrutura de posse de escravos revelava – ao menos nas fases iniciais da lide mineira – uma estreita correlação com a própria forma como a riqueza distribuía-se entre os mineradores, na medida que, como foi visto, os mesmos procuravam concentrar larga parte de seus recursos na compra de escravos, principal fator de produção nas minas e elemento essencial para a obtenção das datas minerais distribuídas pela Coroa.

Salta à vista, de imediato, a elevada porcentagem de senhores com reduzido número de cativos. Em todas as localidades estudadas, a maior freqüência coube aos proprietários com um e dois escravos; na maioria delas seu peso relativo ultrapassava os quarenta por cento, com as maiores marcas no Serro do Frio, em 1738, com 56,0% e Vila Rica em 1804, com 54,9%. Pitangui, em 1718 e 1723, constituía o núcleo de menor participação relativa do segmento em apreço, com valores de 28,5% e 33,3% respectivamente (ver Tabela 1).

Tabela 1
PROPRIETÁRIOS: DISTRIBUIÇÃO QUANTO AOS ESCRAVOS POSSUÍDOS

Número de escravos Possuídos	<i>Participação no total dos proprietários</i>						
	<i>Pitangui</i>		<i>Serro do Frio</i>	<i>Congonhas do Sabará</i>	<i>São Caetano</i>		<i>Vila Rica</i>
	<i>1718</i>	<i>1723</i>	<i>1738</i>	<i>1771</i>	<i>1790</i>	<i>1804</i>	<i>1804</i>
1	4,1	16,3	37,6	26,8	33,1	19,2	35,3
2	24,4	17,0	18,4	17,4	19,4	21,2	19,6
3	4,1	15,6	10,1	14,0	9,7	18,3	12,6
4	14,3	9,6	7,8	5,5	9,7	4,8	9,6
5	10,2	11,1	4,5	7,2	3,2	6,7	5,2
1 a 5	57,1	69,6	78,4	70,9	75,1	70,2	82,3
6 a 10	30,6	15,6	12,0	12,8	16,1	15,4	12,2
11 a 20	8,2	8,9	5,9	12,8	6,4	8,7	4,4
21 a 40	4,1	4,4	2,8	2,6	2,4	2,9	0,8
41 e mais	-	1,5	0,9	0,9	-	2,8	0,3

¹⁴ Estamos conscientes das limitações envolvidas no confronto entre os dados de distintas localidades, em diferentes épocas do tempo. Entretanto, não nos foi possível obter – exceto para Pitangui (1718 a 1823) e Congonhas do Sabará (1771 e 1790) – informações para um mesmo núcleo, relativas a uma seqüência temporal, que possibilitasse uma análise mais profunda da dinâmica sócio-econômica da área contemplada nesta. Mesmo com tais problemas, acreditamos que os resultados a serem discutidos possibilitam estabelecer indicadores confiáveis do aludido processo.

Nota-se, ademais, absoluta preponderância do conjunto de senhores com cinco ou menos cativos; sua participação – exceto em Pitangui, em 1718 (57,1%) – superou a 70%. Em relação aos escravos possuídos, estes proprietários detinham uma proporção a variar entre o mínimo de 26,3% e o máximo de 47,1%, ambos em 1804, o primeiro em São Caetano e o último em Vila Rica.

O peso dos proprietários de mediano porte – indivíduos com uma quantidade entre seis e vinte escravos – variou, no que se refere aos senhores, entre 16,6% (1804) e 38,8% (1718) e quanto aos cativos situou-se entre 37,4% (1804) e 56,4% (1718) (ver tabela 2).

Tabela 2
PROPRIETÁRIOS: DISTRIBUIÇÃO QUANTO AOS ESCRAVOS POSSUÍDOS

Número de escravos possuídos	Participação no total de escravos							
	Pitangui		Serro do Frio	Congonhas do Sabará		São Caetano	Vila Rica	
	1718	1723	1738	1771	1790	1804	1804	
1	0,7	2,5	8,3	4,8	7,4	3,0	9,4	
2	8,0	5,3	8,1	6,2	8,6	6,6	10,5	
3	2,0	7,3	6,7	7,6	6,5	8,5	10,0	
4	9,3	6,0	6,9	4,0	8,6	3,0	10,3	
5	8,3	8,6	4,9	6,5	3,6	5,2	6,9	
1 a 5	28,3	29,7	34,9	29,1	34,7	26,3	47,1	
6 a 10	37,4	18,5	20,2	17,3	26,1	18,7	24,1	
11 a 20	19,0	21,3	17,9	32,3	22,0	18,7	16,0	
21 a 40	15,3	20,7	16,9	13,3	17,2	15,2	5,9	
41 e mais	-	9,8	10,1	8,0	-	21,1	6,9	

Os senhores de grande cabedal – proprietários de escravaria superior a quarenta cativos – compareceram em reduzido número em todos os anos considerados; mesmo sua participação na massa escrava não se revelou de grande monta. Exceto em São Caetano (1804), nas demais localidades seu peso entre os proprietários alcançou um máximo de 1,5% e entre os escravos possuídos não ultrapassou a marca dos 10,1%.

Os resultados obtidos com alguns indicadores estatísticos permitem uma análise adicional dos dados em foco. A média de escravos por proprietário colocou-se entre o máximo de 6,5 em São Caetano, e o mínimo de 3,7 em Vila Rica, ambos correspondentes ao ano de 1804. Em Pitangui, tal resultado alcançou números acima de seis para dois anos considerados; no Serro a média situou-se em 4,6 e, em Congonhas do Sabará, 5,6 e 4,5, respectivamente nos anos de 1771 e 1790. Quanto à moda, em todos os núcleos em apreço, os valores encontrados foram 1 ou 2; a mediana variou de um máximo de 5, em 1718, a um mínimo de 2 em três diferentes localidades (ver Tabela 3).

Tabela 3
ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS
INDICADORES ESTATÍSTICOS

<i>Localidade</i>	<i>Ano</i>	<i>Índice De Gini</i>	<i>Média</i>	<i>Moda</i>	<i>Mediana</i>
Pitangui	1718	0,403	6,1	2	5
	1723	0,532	6,4	2	4
Serro do Frio Congonhas do	1738	0,573	4,6	1	2
	1790	0,537	4,5	1	2
Sabará	1790	0,537	4,5	1	2
São Caetano	1804	0,573	6,5	2	3
Vila Rica	1804	0,502	3,7	1	2

De modo geral, os resultados apresentados quanto à estrutura de posse de cativos demonstram uma sociedade na qual predominavam, incontestavelmente, os pequenos proprietários; indivíduos possuidores de escravaria de um, dois ou, no máximo, cinco escravos. Raros os proprietários de grande escravaria; assim, por exemplo, dentre todos os senhores computados neste trabalho, que compreendem cerca de 3.400, apenas 26 possuíam mais de 40 cativos; acima de 60 anotaram-se 6 pessoas, e com massa superior a 100, encontramos, tão-somente, 1 proprietário (com 126 cativos). Assim, a nosso ver, em Minas, as grandes lavras devem ter constituído a exceção e não a regra quanto à organização da estrutura produtiva ¹⁵.

De modo geral, não se obtiveram evidências de mudanças ao longo do tempo na estrutura de posse de cativos, a acompanhar as várias fases da economia mineira. Mesmo se compararmos os dados do Serro do Frio e de Vila Rica – dos centros aqui estudados, os de maior densidade populacional – correspondentes a dois momentos radicalmente distintos da atividade extrativa, 1738 e 1804, não encontraremos diferenças marcantes na estrutura de posse de cativos.

Como complemento à análise realizada, vejamos os resultados obtidos pelo cálculo do Índice de Gini. Exceto para 1718, em Pitangui, nos demais anos este indicador estatístico pouco variou, com valores compreendidos entre 0,502 e 0,573. Tais cifras, que podem ser consideradas baixas, confirmam as observações já feitas, pois revelam uma distribuição de escravos relativamente proporcionada.

Como ilustração, podemos comparar os resultados ora apresentados com Índices calculados por Alice P. Canabrava ¹⁶, referentes à posse de riqueza em várias localidades da Capitania de São Paulo, no século XVIII, e que levou em conta apenas a população cujo testamento apresentava algum tipo de bem. Vê-se, pela Tabela 4, que os números obtidos para São Paulo são relativamente altos quando confrontados aos de Minas Gerais; assim, dentre oito Índices calculados, três situaram-se entre 0,60 e 0,70 (mínimo de 0,61) e cinco alcançaram valores acima de 0,70 (máximo de 0,78).

¹⁵ Com referência ao século XVIII, exceto para 1718, não localizamos documentação que permitisse análise mais ampla quanto aos aspectos considerados nesta pesquisa. As informações relativas ao supracitado ano foram analisadas, pormenorizadamente, em LUNA, Francisco Vidal, *op.cit.*

¹⁶ CANABRAVA, Alice P. "Uma Economia em Decadência: os Níveis de Riqueza na Capitania de São Paulo". *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, FGV., 26(4):112, out./dez., 1972.

Tabela 4
ÍNDICE DE GINI – DIVERSAS LOCALIDADES
CAPITANIA DE SÃO PAULO – 1765/1767

<i>Localidade</i>	<i>Ano</i>	<i>Índice de Gini</i>
São Paulo	1765	0,74
Juqueri	1766/67	0,67
Sorocaba	1765	0,74
Mogi-Guaçu	1765	0,66
Taubaté	-	0,76
Pindamonhangaba	1766/67	0,70
Santos	1765	0,78
Ubatuba	1765	0,61

Obs.: Índice de Gini calculado sobre a posse de riqueza na região de São Paulo, levando-se em conta apenas a população para a qual constou algum tipo de bem no testamento. CANABRAVA, Alice P. "Uma Economia em Decadência: os Níveis de Riqueza na Capitania de São Paulo", *Revista Brasileira de Economia*, 26 (4): 112, out./dez., 1972.

Para finalizar, analisemos a média de escravos possuídos por proprietários, divididos, os últimos, segundo as qualificações anotadas. Desde logo sobressai a maior riqueza das informações relativas a Vila Rica e São Caetano. Estes documentos revelam a existência, em tais localidades, de uma grande variedade de atividades econômicas, com predomínio, em termos de posse de escravos, dos mineradores e agricultores. Os primeiros detinham em média 22,9, por senhor, em São Caetano, e 11,8, em Vila Rica; nas mesmas localidades, os faiscadores possuíam, em média, menos de 3 escravos.

Na agricultura, os números médios alcançaram 9,6 e 13,0 para São Caetano e Vila Rica, respectivamente. Os artesãos, nos dois núcleos em apreço, mantiveram média igual a 3; quanto aos comerciantes, os resultados obtidos foram inferiores a 4 para os 2 núcleos. Referentemente aos eclesiásticos, as médias alcançaram 2,7 e 4,9 para São Caetano e Vila Rica, respectivamente. Devemos esclarecer que, no primeiro núcleo, 3 reverendos foram excluídos do item eclesiástico, pois haviam sido considerados como mineradores e agricultores. Caso tomássemos também estes 3 clérigos, a média elevar-se-ia para 13,2 (ver Tabela 5).

Tabela 5
PROPRIETÁRIOS: POR CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA E NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS

<i>Segmentos Sócio-Econômicos</i>	<i>Média de escravos por proprietários</i>					
	<i>Pitangui</i>	<i>Serro do Frio</i>	<i>Congonhas do Sabará</i>	<i>São Caetano</i>	<i>Vila Rica</i>	
	<i>1723</i>	<i>1738</i>	<i>1771</i>	<i>1790</i>	<i>1804</i>	
Mineiros	-	-	-	-	22,9	11,8
Fiscadores	-	-	-	-	2,8	2,0
Agricultores	-	-	17,0	-	9,6	13,0
Artesãos	-	-	-	-	3,0	3,0
Comerciantes	-	-	-	-	3,9	2,9
Patentes, Funcionários e Militares	16,7	10,1	-	7,4	-	4,6
Eclesiásticos	11,0	7,0	3,4	7,3	2,7	4,9
Doutores, Licenciados e Desembargadores	5,0	5,2	5,5	6,0	-	-

Para as demais localidades as informações relativas às atividades econômicas dos proprietários revelam-se insuficientes. De modo geral, somente especificaram-se patentes, cargos ou a condição de eclesiásticos das pessoas arroladas.

Outro aspecto a ser contemplado refere-se à distribuição dos proprietários de escravos segundo o sexo. Nos vários anos e locais analisados ocorreu franco predomínio masculino. Entretanto, ao longo do século XVIII e início do XIX, nota-se uma gradativa tendência ao equilíbrio. De uma primeira fase, ainda de consolidação da atividade e na qual o espírito de aventura levava à preponderância masculina nos centros mineratórios, vê-se que, lenta, mas persistentemente, as mulheres ampliaram sua participação no segmento dos proprietários de escravos. Destarte, no período de 1718/1723, na Vila Pitangui, o peso relativo dos homens alcançou marca superior a noventa por cento, a atestar sua ampla maioria. Em 1738, no Serro Frio, esse percentual reduziu-se significativamente, mas ainda se manteve elevado (83,6%). Na Freguesia de Congonhas do Sabará, verificou-se gradativo aumento na importância relativa das mulheres: 22,6%, em 1771, e 30,6%, em 1790. Por fim, em Vila Rica e no Distrito de São Caetano (1804) o sexo feminino correspondeu a 37,3% e 28,9%, respectivamente (ver Tabela 6).

Tais números podem ser confirmados pela razão de masculinidade dos proprietários, que se reduziu, sistematicamente, de valores superiores a 1.100, em Pitangui (1718/23), para 168,4 e 246,7, respectivamente, em Vila Rica e São Caetano, em 1804.

2. FORROS ENQUANTO PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS

Nesta parte da pesquisa estudaremos os forros enquanto proprietários de escravos. Tema da maior importância para se compreender a estrutura social vigente nas Gerais, pois permite-nos aquilatar a possibilidade de mobilidade vertical em um dos segmentos da sociedade mineira.

Na maioria das localidades estudadas, encontramos o forro como proprietário de escravos. Em Pitangui (1722) anotaram-se 3 libertos que possuíam 9 escravos; em 1723 seu número subiu para 4, com 10 cativos, correspondente ao peso relativo de 3% quanto aos proprietários e 1,2% referentemente aos escravos. Em 1738 e 1771, no Serro do Frio e em Congonhas do Sabará, respectivamente, sua participação revelou-se extremamente significativa. Na primeira localidade os forros proprietários somaram nada menos de 387 indivíduos, ou seja, 22,2% dos senhores; em conjunto tais indivíduos detinham 783 cativos, 9,9% da massa escrava ali existente. Em Congonhas do Sabará, o peso relativo foi da mesma ordem. Contaram-se 51 forros – que perfaziam 21,7% dos senhores – com 134 cativos, 10,2% da escravaria (ver Tabela 7).

Ao tomarmos os dados disponíveis para 1804, nos dois núcleos estudados, vemos a menor expressão dos forros entre os proprietários. Em Vila Rica somavam 22 indivíduos, ou seja, 2,9% dos proprietários; em São Caetano encontrou-se apenas 1 liberto numa centena de senhores.

Os resultados acima nos levam a especular sobre a possível relação entre as fases de maior produtividade extrativa e o processo de alforria e ascensão dos libertos a condição de proprietários.

A forma como se organizou a lide mineira possibilitou aos cativos um grau de liberdade relativamente alto, possivelmente maior do que nas demais atividades coloniais. Por mais rigoroso e constante que fosse o controle exercido sobre os cativos, em particular na lavagem do cascalho, necessitava-se contar com sua iniciativa e responsabilidade na localização tanto do ouro como dos diamantes. Por esta razão os mineradores procuravam estimular seus escravos de diversas formas. Concediam prêmios por produção: permitiam aos cativos exercerem a mineração em proveito próprio por certas horas, após satisfazerem a quota devida ao proprietário; na exploração dos diamantes existia uma série de recompensas estipuladas – inclusive a alforria – para aqueles que localizassem pedras acima de determinado quilate. Ademais, o tipo de atividade permitia e estimulava furtos impossíveis de evitar, por mais rigorosa que fosse a fiscalização nas áreas extrativas.

Tabela 6
PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS: DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O SEXO

<i>Local</i>	<i>Ano</i>	<i>Proprietários de escravos</i>				<i>Total</i>	<i>Razão de Masculinidade</i>
		<i>Homens</i>		<i>Mulheres</i>			
		<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>		
Vila de Pitanguí	1718	48	98,0	1	2,0	49	4.800,0
	1719	61	98,4	1	1,6	62	6.100,0
	1720	58	93,5	4	6,5	62	1.450,0
	1722	114	91,9	10	8,1	124	1.140,0
	1723	127	94,1	8	5,9	135	1.587,5
Serro do Frio	1738	1.458	83,6	286	16,4	1.744	509,8
Freguesia de Congonhas do Sabará	1771	182	77,4	53	22,6	235	343,3
	1790	86	69,4	38	30,6	124	226,3
Distrito de São Caetano	1804	74	71,1	30	28,9	104	246,7
Vila Rica	1804	475	62,7	282	37,3	757	168,4

Ao cativo que viesse a obter ou comprar a liberdade, tornava-se relativamente fácil dedicar-se, como fiscoador, à atividade mineira; o resultado de seu esforço individual poderia proporcionar-lhe os recursos para se tornar, ele próprio, um senhor de escravos. Nos quadros da escravidão, por excelência dicotômica entre senhor e escravo, a passagem do cativo à categoria de proprietário tem particular importância e revela alto grau de mobilidade social.

Tabela 7
FORROS: ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS

<i>Local</i>	<i>Ano</i>	<i>Proprietários</i>			<i>Forros</i>		
		<i>Total (a)</i>	<i>Forros (b)</i>	<i>(b)/(a) (%)</i>	<i>Escravos Possuídos</i>	<i>(%)*</i>	<i>Média de Escravos Possuídos</i>
Pitanguí	1722	124	3	2,4	9	1,0	3,0
	1723	135	4	3,0	10	1,2	2,5
Serro do Frio	1738	1.744	387	22,2	783	9,9	2,02
Congonhas do Sabará	1771	235	51	21,7	134	10,2	2,6
São Caetano	1804	105	1	1,0	3	0,4	3,0
Vila Rica	1804	757	22	2,9	49	1,4	2,2

(*) Porcentagem dos cativos possuídos pelos forros em relação ao total de escravos.

Ainda com respeito aos forros proprietários, cabe realçar a predominância feminina. Assim, por exemplo, dos libertos anotados no Serro do Frio, as mulheres representavam 63,0%, em Congonhas do Sabará seu peso relativo alcançou 53,0% e, em Vila Rica, os elementos do sexo feminino representavam 77,3% (ver Tabela 8).

Tabela 8
FORROS: DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O SEXO

Localidade	Ano	Homens		Mulheres	
		Número	%	Número	%
Pitangui	1722	3	100,0	-	-
	1723	3	75,0	1	25,0
Serro do Frio	1738	143	37,0	244	63,0
Congonhas do Sabará	1771	24	47,0	27	53,0
São Caetano	1804	1	100,0	-	-
Vila Rica	1804	5	22,7	17	77,3

No caso específico dos escravos do sexo feminino, pelas próprias características da sociedade estabelecida nas Gerais, ampliavam-se as oportunidades de alforria. Na população livre, o marcante desequilíbrio quantitativo entre os elementos do sexo masculino e feminino, em favor dos primeiros, propiciava o intercuro sexual entre senhores e escravas¹⁷. Adicionalmente, grande número de escravas e forras dedicava-se ao comércio ou à prostituição. Sobre o assunto, lembremos o Bando de 1733, do Governador e Capitão General de Minas Gerais, no qual se lê: "... e contando-me juntamente, que nos córregos, e sítios onde se minerão diamantes andam negras com tableiros, e outras vendendo cachaça, o que em toda estas Minas é proibido, qualquer delas, que for achada nas ditas paragens, além de perder toda a mercância, que levar, será presa e não sairá da cadeia, sem primeiro pagar cem mil réis, ou seja, forra, ou cativa"¹⁸.

Por fim, a arduidade dos trabalhos extrativos tornava, possivelmente, as mulheres pouco aptas ao desempenho de tal atividade, o que ampliava sua oportunidade de alforria face à oferecida aos elementos do sexo oposto.

Desse modo, cremos que as causas apontadas – intercuro sexual, o comércio e a prostituição, e a menor adaptabilidade aos trabalhos extrativos – provavelmente agiam em conjunto e no mesmo sentido, de modo a tornar mais comum a alforria dos elementos do sexo feminino.

Os resultados acima expostos quanto à alforria dos escravos e mais, sua ascensão à categoria de proprietários de escravos, chocam-se, a nosso ver, com a visão tradicional do processo de alforria nas Gerais, que o associa quase exclusivamente à decadência da atividade extrativa, situação que levaria a manumissão dos elementos pouco produtivos ou já incapazes para o trabalho. Neste caso, a libertação refletir-se-ia na formação de

¹⁷ Sobre o intercuro sexual nas Gerais e alforrias, veja-se LUNA, F.V. e COSTA, I.N. *Devassa nas Minas Gerais: observações sobre os casos de concubinato*. São Paulo, FEA-USP, 1980 (mimeogr.).

¹⁸ Bando do Governador e Capitão General das Minas de Ouro, André de Mello e Castro, Conde de Galvêas, datado de dois de dezembro de 1733.

uma massa populacional economicamente marginalizada, e pouco representaria como movimento de ascensão social dos libertos.

A significativa participação dos forros entre os senhores, particularmente em 1738 e 1771 refletiria um processo contrário, ou seja, uma efetiva mobilidade social, no sentido vertical, por parte dos escravos. Mobilidade esta gerada, em essência, pela própria organização da atividade extrativa – a relacionar-se, possivelmente, com as fases de maior produtividade – e pela estrutura da sociedade ali estabelecida, neste caso, a privilegiar as mulheres no processo de ascensão ¹⁹.

¹⁹ Sobre o tema, veja-se LUNA, F.V. e COSTA, I.N. “A presença do Elemento Forro no conjunto dos Proprietários de Escravos”. *Revista Ciência e Cultura*, 32(7):836:841, jul. 1980.

3. ESCRAVOS: ORIGEM, ESTRUTURA ETÁRIA E SEXO.

Atenhamo-nos à origem dos escravos africanos residentes nas Gerais, durante o período de predomínio da faina aurífera.

Desde há muito, pesquisadores têm tratado do assunto, de forma particular para Minas, ou de modo mais abrangente com estudos que cobrem várias regiões brasileiras. No século passado acreditava-se na total predominância dos africanos pertencentes ao grupo dos bantos, dentre aqueles trazidos para o Brasil. Entretanto, provou-se, ao iniciar-se o século XIX²⁰, a grande importância quantitativa dos sudaneses, que, afirmava-se, restritos a algumas áreas no Nordeste; ao Sul os bantos constituíram ampla maioria.

Em época recente, novos estudos²¹ vieram demonstrar a elevada participação do grupo sudanês em áreas meridionais, inclusive em Minas Gerais. Paralelamente, firma-se o consenso de terem os sudaneses sido trazidos às Gerais em razão de possuírem conhecimento técnico relativamente avançado quando comparado ao dos bantos e estarem familiarizados com o trabalho extrativo mineral em suas “nações” de origem²².

Isto posto, vejamos a composição dos escravos anotados nos documentos compulsados. Desde logo, nota-se o elevado peso relativo dos sudaneses na massa escrava. Em Pitangui, no período de 1718 e 1723, a parcela correspondente aos sudaneses, dentre os africanos, expandiu-se de um percentual de 45% para 50%. Apesar do acelerado aumento pelo qual passava o contingente de escravos da Vila de Pitangui, ampliava-se o peso relativo dos sudaneses, o que faz supor participarem estes elementos em significativa proporção no fluxo de cativos trazidos da África nesse espaço temporal de cinco anos e/ou no estoque de escravos existentes na Colônia – inclusive nas Gerais – e que se deslocava, em alguma medida, para Pitangui.

No Serro, cujos dados se referem a um período de maior consolidação e próximo ao apogeu da atividade extrativa, verifica-se o predomínio do elemento sudanês, com proporção superior a dois terços dos africanos ali arrolados (ver Tabela 9).

²⁰ RAMOS, Arthur. *As Culturas Negras no Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933 (Biblioteca de Divulgação Científica, 12), e RODRIGUES, Nina, *Os africanos no Brasil*, 4^a.ed., São Paulo, Editora Nacional, 1976 (Coleção Brasileira, 9).

²¹ SALZANO, F.M. & FREIRE-MAIA, M. *Populações Brasileiras – Aspectos Demográficos, Genéticos e Antropológicos*, São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1976; COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. “Mão-de-obra Escrava na Mineração e Tráfico Negreiro no Rio de Janeiro”. In: *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Trabalho Livre e Trabalho Escravo)*. São Paulo, FFCLCH-USP, 1973, v.1; COSTA, Iraci del Nero da Costa. *Vila Rica: População (1719-1826)*. São Paulo, IPE-USP, 1979. (Ensaio Econômico, 1); LUNA, F.V. e COSTA, I.N. da. “Algumas Características do Contingente de Cativos em Minas Gerais”. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1979, t. 29, pp. 79-97. Sobre o fluxo de escravos africanos para o Brasil, veja-se GOULART, Maurício. *Escravidão Africana no Brasil (Das origens à Extinção do Tráfico)*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1949, 300 pp.

²² Cf. por exemplo, CARNEIRO, Edson, *Ladinos de Crioulos (Estudos sobre o negro no Brasil)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, pp. 17-18. (Retratos do Brasil, 28); e RUSSEL-WOOD, A.J. “Technology and Society: The Impact of Gold Mining on the Institution of Slavery in Portuguese America”. *The Journal of Economic History*, Johns Hopkins University, 37(1):59-83, março, 1977.

TABELA 9
ESCRAVOS: REPARTIÇÃO SEGUNDO A ORIGEM

Local	Ano	Escravos			
		Sudaneses		Bantos	
		Número	%	Número	%
Vila de Pitangui	1718	107	44,6	133	55,4
	1719	148	43,8	190	56,2
	1720	145	42,8	194	57,2
	1722	347	48,9	363	51,1
	1723	338	49,8	341	50,2
Serro do Frio	1738	5.912	78,9	1.579	21,1
Freguesia de Congonhas do Sabará	1771	398	50,8	385	49,2
Distrito de São Caetano	1804	24	9,2	238	90,8
Vila Rica	1804	175	15,2	976	84,8

Em Congonhas do Sabará, em 1771, portanto já na fase descendente da lide mineira, a participação dos sudaneses reduzia-se para 50%. Por fim, em 1804, quando a mineração se encontrava em franco processo de decadência, o peso relativo do elemento sudanês na massa de africanos havia-se retraído de forma drástica; assim, em Vila Rica, sua participação alcançava 15,2% e, em São Caetano, 9,2%.

À vista dos resultados obtidos, evidencia-se a ocorrência de significativas mudanças, no correr do tempo, na composição dos escravos africanos existentes nas Gerais. A nosso ver, o predomínio de um ou outro grupo condicionou-se, de um lado, pelo evoluir da atividade mineratória e, por outro, pelas condições de oferta de escravos, sobretudo as relativas às áreas africanas fornecedoras dessa mão-de-obra.

Destarte, ressalvadas as transformações ocorridas nas zonas das quais eram oriundos os africanos e em função da preferência dos mineradores pelos sudaneses em geral e pelos “Mina” em particular, no período de ascensão da lide exploratória ocorreu concomitante incremento no percentual correspondente ao grupo sudanês.

À época do auge da faina aurífera parece ter havido preponderância do grupo sudanês; reciprocamente, ao tempo de decadência, passaram a dominar os bantos. Revelou-se, paralelamente, a tendência a “substituir” aqueles por estes, fato a comprovar o estreito liame entre o elemento sudanês e o trabalho exploratório.

Note-se que a possível redução – mais do que proporcional àquela verificada para o elemento banto – no fluxo de cativos de origem sudanesa evidenciou, em Vila Rica, no ano de 1804, uma estrutura etária na qual este último aparece claramente como “envelhecido” quando comparado ao segmento dos bantos ²³.

²³ “Quanto à participação, segundo faixas etárias, dos cativos africanos, verifica-se o predomínio dos Bantos até a faixa dos 30 a 39 anos, já os Sudaneses aparecem com peso relativo maior para as idades mais avançadas”. LUNA, F.V. e COSTA, I.N. “Algumas Características do Contingente de Cativos em Minas Gerais”. In: *op.cit.*p. 86.

Em complemento ao tema sobre a origem dos cativos, vejamos a participação relativa de coloniais e africanos na massa escrava.

No período ascensional da atividade mineira, quando se necessitava de um permanente fluxo de escravos e a mineração propiciava os recursos necessários para sua aquisição, verificava-se a marcante predominância do elemento africano. Assim, nos dois primeiros núcleos estudados, correspondentes aos anos de 1718/1723 e 1738, a parcela de africanos na massa escrava colocava-se entre 82,2% e 84,8%, em Pitangui, e 94,9%, no Serro do Frio (ver Tabela 10).

TABELA 10
ESCRAVOS: REPARTIÇÃO SEGUNDO A ORIGEM

Local	Ano	Escravos			
		Africanos		Coloniais	
		Número	%	Número	%
Vila de Pitangui	1718	245	82,2	53	17,8
	1719	342	83,0	70	17,0
	1720	346	83,2	70	16,8
	1722	731	83,5	144	16,5
	1723	695	84,8	125	15,2
Serro do Frio	1738	7.491	94,9	399	5,1
Freguesia de Congonhas do Sabará	1771	783	69,4	346	30,6
Distrito de São Caetano	1804	262	40,8	380	59,2
Vila Rica	1804	1.151	40,5	1.688	59,5

Iniciada a decadência mineira, provavelmente, reduziu-se a capacidade de adquirir novos escravos do exterior; esse fato, aliado ao próprio crescimento da massa de coloniais, modificou gradativamente a composição da escravaria, com aumento proporcional dos cativos nascidos na Colônia. Desse modo, já em 1771 o percentual de africanos reduzia-se para 69,4% e, em 1804, nas duas localidades estudadas, sua participação foi praticamente igual, ou seja, 40,8%, em São Caetano, e 40,5%, em Vila Rica.

Por fim, analisemos a estrutura etária dos cativos e sua distribuição segundo o sexo. Quanto a este último aspecto, nota-se franca predominância masculina, elemento mais apto ao exaustivo trabalho mineral. Tal supremacia quantitativa tornou-se relativamente menor com a própria decadência da atividade mineira, quando deixou de haver a reposição dos escravos e, além disso, enviaram-se muitos para outras áreas da Colônia. Outro fator a contribuir para o equilíbrio no peso relativo de homens e mulheres foi, sem dúvida, o aumento da participação do elemento colonial na massa escrava.

Assim, em Pitangui e no Serro do Frio, no período aqui estudado, a parcela respeitante aos homens alcançava um peso superior a 80%; já em 1771, na Freguesia do Sabará, esse peso relativo alcançava 73,1%. Em 1804, a participação masculina na massa escrava situou-se em 66,7% e 58%, respectivamente, em São Caetano e Vila Rica (ver Tabela 11).

TABELA 11
ESCRAVOS: DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO SEXO

<i>Local</i>	<i>Ano</i>	<i>Escravos</i>				<i>Total*</i>
		<i>Homens</i>		<i>Mulheres</i>		
		<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>	
Vila de Pitangui	1718	255	85,6	43	14,4	300
	1719	350	84,3	65	15,7	415
	1720	350	83,5	69	16,5	419
	1722	739	83,5	146	16,5	893
	1723	702	83,3	141	16,7	867
Serra do Frio	1738	6.627	83,5	1.310	16,5	7.937
Freguesia de Congonhas do Sabará	1771	860	73,1	317	26,9	1.350
Distrito de São Caetano	1804	454	66,7	227	33,3	681
Vila Rica	1804	1.649	58,0	1.190	42,0	2.839

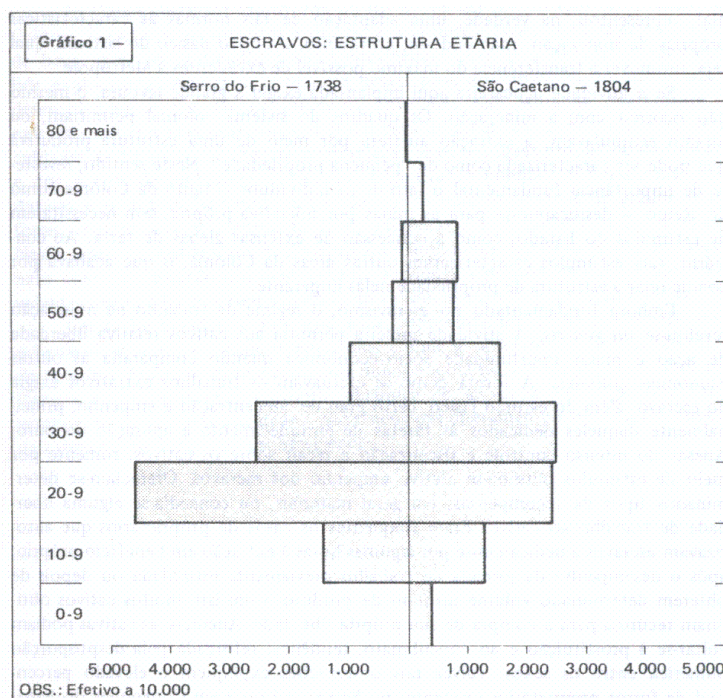
* A eventual diferença entre os valores desta coluna e a soma de homens e mulheres corresponde a escravos para os quais não foi possível identificar o sexo.

Quanto à estrutura etária, as informações disponíveis permitem comparar duas localidades para as quais constou a idade dos escravos: Serra do Frio (1738) e São Caetano (1804). Vê-se, de imediato, que a estrutura etária de São Caetano revelava perfil relativamente equilibrado quando comparado ao do Serra do Frio. Nesta última localidade, a massa escrava anotada – referente à escravaria sobre a qual incidiu a capitação – apresentava, em 1738, uma composição voltada essencialmente para o trabalho extrativo; isso explica a elevada concentração dos cativos em idades produtivas. Em São Caetano, por outro lado, estamos a tratar com documento relativo a levantamento censitário e, ademais, nesta localidade mostrava-se maior o peso do elemento colonial, o qual, evidentemente, revelava distribuição etária distinta da observada para escravos africanos. Assim, por exemplo, o segmento etário compreendido entre 15 e 39 anos participava com 82,7% dos cativos anotados no Serra, contra apenas 56,1% em São Caetano (ver Tabela 12 e Gráfico 1).

TABELA 12
ESCRAVOS: ESTRUTURA ETÁRIA

Faixas Etárias	Porcentagem na faixa	
	Serro do Frio (1738)	São Caetano (1804)
0 - 9	0,04	3,96
10 - 14	3,24	4,99
15 - 19	10,83	8,08
20 - 24	24,31	11,16
25 - 29	21,90	12,78
30 - 34	18,06	14,38
35 - 39	7,62	9,69
40 - 44	7,80	9,84
45 - 49	2,17	5,58
50 - 54	2,14	5,14
55 - 59	0,44	2,94
60 - 64	0,76	6,46
65 - 69	0,05	2,06
70 - 74	0,29	1,91
75 - 79	0,01	0,73
80 e mais	0,18	0,30
Não consta	0,16	-

Note-se, ademais, em São Caetano, o significativo peso de escravos que podem ser considerados “velhos”, ou seja, aqueles com mais de 60 anos. Tal segmento populacional participava com 12% da massa cativa anotada, contra pouco mais de 1% no Serro do Frio.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudamos, com base em fontes originais, alguns documentos da estrutura socioeconômica das Gerais, a nosso ver essenciais para o entendimento da sociedade mineira.

Consideramos, inicialmente, a estrutura de posse de escravos e as atividades exercidas pelos senhores. Evidenciou-se elevada participação dos pequenos proprietários e raros foram os indivíduos que compareceram com grande escravaria. A seguir, verificamos a representatividade dos libertos enquanto proprietários de escravos.

Por fim, analisamos algumas características específicas da massa escrava arrolada e, sob tal aspecto, demonstramos o peso dos elementos de origem sudanesa nas Gerais.

A partir das idéias e evidências empíricas apresentadas ao longo deste trabalho, vamo-nos permitir algumas considerações a respeito das características essenciais do Brasil Colônia: a grande lavoura, a monocultura e a escravidão.

As peculiaridades da atividade mineira propiciaram a formação de uma estrutura singular nas Gerais. A nosso ver, aquilo que se pode comparar à “grande lavoura” ali não predominou. Por força de variadas circunstâncias, inclusive pela orientação metropolitana, a atividade não se assentou no grande produtor; tal linha de conduta não constituiu mudança inexplicável nas regras do sistema colonial; representou, na verdade, uma adaptação de tais normas às características próprias da mineração, mantendo-se, entretanto, o objeto básico do sistema, qual seja, promover a transferência do máximo possível de excedentes à Metrópole.

Se a atividade açucareira aqui implantada exigiu a grande lavoura, o mesmo não ocorreu com a mineração. Os quadros do sistema colonial permitiam, ou mesmo estimulavam, a extração aurífera por meio de uma estrutura produtiva que pode ser caracterizada como de “pequena propriedade”. Neste sentido, reveste-se de importância fundamental o fato de os indivíduos – tanto da Colônia como do Reino – deslocarem-se para as minas por iniciativa própria, sem necessitarem de estímulos do Estado, como a concessão de extensas glebas de terra. Ao contrário, tais estímulos caracterizaram outras áreas da Colônia, o que acabava por condicionar a estrutura de propriedade nelas imperante.

Embora fundamentado no escravismo, o regime de trabalho na mineração revelou-se *sui generis*. A atividade mineira permitia aos cativos relativa liberdade de ação e maior oportunidade sócio-econômica quando comparada às outras economias coloniais. A forma como se efetuavam os trabalhos extrativos exigia do escravo, além do esforço físico, certo grau de concentração e empenho, principalmente daqueles dedicados às tarefas de enriquecimento e apuração do ouro. Apesar do intenso controle e fiscalização a recair sobre os cativos, somente por meio de estímulos obtinha-se efetivo empenho dos escravos. Ofereciam-se determinados tipos de recompensas, em geral materiais, ou concedia-se alguma liberdade de trabalho ao cativo. Eram freqüente os casos de proprietários que autorizavam escravos a dedicarem-se por algumas horas à extração em benefício próprio, após o desempenho da jornada de trabalho previamente estipulada ou depois de obterem determinado volume mínimo de produto. Com isto muitos cativos obtinham recursos para a compra de sua própria liberdade. Ademais, as cativas podiam voltar-se à prostituição e ao concubinato, tendência reforçada pela desproporção numérica entre os sexos. Talvez tais observações expliquem o elevado percentual de

forros proprietários existentes no Serro do Frio e em Congonhas do Sabará. Note-se que os forros listados nos documentos estudados representam os libertos que haviam ascendido à categoria de senhores de escravos; não dispomos de elementos para estabelecer o número de forros não proprietários, dedicados quer à mineração quer a outras atividades.

Outra característica básica do sistema colonial a merecer qualificação no que se refere às Gerais prende-se à chamada “monocultura”, ou seja, grande concentração de esforços produtivos em um só produto. Sob tal aspecto a economia mineira apresentava todas as condições para se constituir na mais estrita “monocultura”.

Ao implantar-se a atividade extrativa mineral, no início do século XVIII, somente a expectativa de elevados ganhos movia os empreendedores. Provavelmente, a maioria da massa populacional atraída para a zona mineira pretendia dedicar-se diretamente à própria atividade aurífera.

As Gerais distavam muito dos portos e dos demais núcleos econômicos da Colônia, entretanto os mineiros e sua escravaria necessitavam de uma gama variada de bens, quer os destinados a sua sobrevivência quer os materiais exigidos pela lide exploratória. Apesar de a maioria desses produtos provirem de outras áreas, desenvolveram-se na Gerais inúmeras atividades não voltadas diretamente à extração mineral mas cuja força vital derivava da dinâmica da mineração. As dificuldades de transporte, a distância em relação às outras áreas produtivas da Colônia e dos portos de embarque, a elevada concentração populacional nas zonas produtivas e o desenvolvimento rápido de alguns núcleos urbanos de grande porte foram responsáveis pela implantação de inúmeras e variadas atividades na região. Neste sentido, existiam nos núcleos urbanos indivíduos dedicados tanto ao artesanato como à prestação dos mais variados serviços. A própria agricultura ali desenvolvida chegou a ter representatividade no abastecimento da população mineira.

Certas localidades, como Vila Rica, representaram no século XVIII áreas urbanas de grande densidade populacional e onde se observou intensa divisão social de trabalho. Assim, embora a economia mineira tendesse, em princípio, a voltar-se à “monocultura” extrativa, a própria dinâmica de seu crescimento possibilitou o surgimento de variadas atividades, não vinculadas diretamente à mineração, embora dela dependesse sua própria sobrevivência.